

ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE SANTA COMBA DÃO, REALIZADA
NO DIA 29 DE SETEMBRO DE 2008:

Aos vinte e nove dias do mês de Setembro do ano de dois mil e oito, no Auditório Municipal de Santa Comba Dão, pelas quinze horas e cinco minutos, iniciou--se e teve lugar a quarta sessão ordinária do corrente ano da Assembleia Municipal de Santa Comba Dão, com a seguinte ordem de trabalhos.

I-PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

- 1.1- APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO DE 27 DE JUNHO DE 2008;
- 1.2- LEITURA RESUMIDA DE EXPEDIENTE

II-PERÍODO DA ORDEM DO DIA

- 2.1-INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO;
- 2.2-VOTAÇÃO E APROVAÇÃO DO PROJECTO DE MOBILIDADE SUSTENTÁVEL DE SANTA COMBA DÃO;
- 2.3-TERCEIRA REVISÃO AO ORÇAMENTO DA RECEITA E DESPESA E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O ANO EM CURSO=APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO;
- 2.4- ALTERAÇÃO AO QUADRO DE PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA COMBA DÃO= APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO;
- 2.5- IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI)- FIXAÇÃO DE TAXAS PARA 2009;
- 2.6- LANÇAMENTO DE DERRAMA, AO ABRIGO DO ARTº 14º DA LEI Nº 2/2007, DE 15 DE JANEIRO=APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO;
- 2.7- PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DE TRÂNSITO, PARQUES E ZONAS DE ESTACIONAMENTO PAGOS= APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO;
- 2.8-ENTIDADE REGIONAL DE TURISMO DO CENTRO DE PORTUGAL= PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO= APRECIACÃO E EVENTUAL AUTORIZAÇÃO;

2.9-PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA HABITAÇÃO, NO LUGAR DE RELVÃO, FREGUESIA DE TREIXEDO, AO ABRIGO DA ALÍNEA A) DO Nº1 DO ARTº 21º DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL. REQ: SANDRA GORETI SANTOS VARELA

III – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Presidiu aos trabalhos o Sr. Prof. Salvador Manuel Correia Massano Cardoso, secretariado por Fernando Marques Soares Veloso e António Agostinho Castro Cunha. Participaram também na sessão os senhores deputados Lauro de Figueiredo Gonçalves, Elsa da Natividade Rodrigues Silvestre do Amaral, João Duarte Boto Martins, Edite da Conceição Alves Cruz, Agostinho Pires, César Fernando Lima Branquinho, Paula Francisca Rodrigues Gomes, Joaquim Santos, Isabel Maria dos Santos Ferreira Cruz, José Augusto Morais de Sousa, Sandro Branquinho de Matos, António João dos Santos Martins, Carla Isabel Silva Cunha, Pedro Miguel Soares Veloso, António Alexandre Varela Gomes, Nuno João Marques da Costa Pereira, Guilherme Luís Leitão Castanheira, Manuel Macedo Varela Dias, António Dias da Cruz Brinca da Silva, José Rui Batista Alves Ferreira, Augusto de Oliveira Santos, Rui José de Sousa Branquinho Ramos, José Marques Duarte da Cruz, António Augusto Lourenço Antunes, José Machado Neves dos Santos e Paula Cristina Massano Nunes Correia que tomaram assento nas bancadas que lhes estavam destinadas. Verificou-se a ausência do Sr. Deputado Paulo Dirceu Domingues dos Santos que justificou a falta.

A sessão começou pelo ponto um da Ordem de Trabalhos – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.

Ponto um ponto um - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO DE 27 DE JUNHO DE 2008. O Sr. Deputado José Augusto Sousa referiu que não tinha recebido o projecto de acta por via electrónica apesar de ter recebido toda a restante documentação mas não se opunha à aprovação da acta. Não havendo mais pedidos de intervenção passou-se à votação sendo a acta aprovada por unanimidade.

Passou-se a seguir para o ponto um ponto dois - LEITURA RESUMIDA DE EXPEDIENTE. O Primeiro Secretário leu uma Moção aprovada pela Assembleia Municipal do Porto e enviada a todas as Assembleias Municipais do País onde dava conta do seu desagrado pela aplicação de verbas do QREN na região de Lisboa e Vale do Tejo (Zona Ribeirinha de Lisboa).

Seguidamente o Sr. Presidente da Assembleia deu conhecimento de dois documentos que entretanto foram distribuídos aos Srs. Deputados e que constituem os anexos 1 e 1-A desta acta, referentes à problemática do envelhecimento – Declaração de Conímbriga e Recomendações da ESPOVITA Sénior e que constituem o resultado de um encontro de reflexão em Conímbriga. Sendo uma situação que preocupa a todos e que é real, propôs que estes documentos fossem subscritos pela Assembleia e enviados a todas as Assembleias Municipais do País. Esta proposta foi votada por unanimidade.

Pediu de seguida a palavra o Sr. Deputado José Augusto Sousa para expressar que a situação era consensual e solicitar autorização para utilizar os documentos numa próxima reunião que iria ter.

O Sr. Presidente da Assembleia respondeu que a declaração, depois de aprovada era do domínio público e portanto podia ser utilizada em prol da nossa sociedade. Aproveitou para referir a iniciativa da Junta de Freguesia de Óvoa para assinalar a semana do idoso.

Não havendo mais pedidos de intervenção, passou-se para o ponto dois da Ordem de Trabalhos: PERÍODO DA ORDEM DO DIA.

Depois de se ter dado cumprimento ao determinado pelo ponto 2 do Artº 19 do Regimento, passou-se para o ponto dois ponto um: INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO.

O Sr. Presidente da Assembleia deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara que apresentou a sua informação como já vem sendo hábito em Power-Point. Antes ainda de se debruçar sobre a informação, informou os Srs. Deputados que face a alguns problemas resultantes do envio da documentação por via electrónica, na maior parte dos casos por falta de capacidade, que a Câmara tinha possibilidade de instalar em cada um dos computadores dos Srs. Deputados uma conta de email alojada no servidor da Câmara e que não teriam praticamente limite de capacidade. Assim quem quisesse optar por esta situação deveria informar os serviços e seria contactado posteriormente por um técnico do Município para efectuar a instalação. Esta situação não traria qualquer custo para os Srs. Deputados. Passou a seguir a apresentar a sua informação, começando por dar conhecimento que ficaram concluídas as negociações com a Comissão de Gestão do Programa Operacional do Centro (QREN) e ficaram definidas as verbas a atribuir à Associação de Municípios da Região Dão Lafões e por consequência a de Santa Comba Dão. Referiu as diversas verbas e projectos contemplados, nos diversos eixos em que estes estavam divididos, informando que Santa Comba Dão receberia cerca de 3,3 milhões de euros a dividir por seis projectos promovidos pelo Município e mais três projectos em conjunto com outros Municípios, ao valor atrás referido havia a acrescentar a comparticipação na construção da Ecopista (cerca de 600 mil euros). Debruçou-se mais pormenorizadamente ao projecto da Ecopista que iria servir três concelhos (Sta. Comba Dão, Tondela e Viseu) que seria o maior do país (52 km) tendo o melhor piso, o melhor equipamento, o melhor mobiliário e a melhor recuperação do edificado. Por esta razão foram disponibilizadas verbas que inicialmente não contemplavam a construção de ecopistas. A verba atribuída contemplava cerca de 70% dos custos e portanto o Município teria que disponibilizar os restantes 30%. Referiu-se a seguir à construção dos Centros Educativos, informando das condições e do equipamento de que os mesmos iriam ser dotados. Seguidamente debruçou-se sobre a informação da actividade e situação económica constante da documentação que tinha sido distribuída aos Srs. Deputados. Aqui acrescentou a intervenção feita nos Bombeiros de forma a resolver a situação criada pelo mini zoo que agravava a poluição da ribeira. Com esta intervenção e com outras que estavam programadas esperava que brevemente os peixes voltassem à ribeira. Quando se referiu ao pelouro da educação, comentou que não assinou o protocolo com o Ministério da Educação referente à transferência de competências para as autarquias no campo da educação e que dos Municípios que assinaram este protocolo cerca de 90% eram Municípios da área do Partido Socialista e que de uma forma ou de outra foram forçados pelo governo a fazê-

-lo.

Pedi a seguir a palavra o Sr. Deputado Boto Martins para se referir ao comentário feito pelo Sr. Presidente da Câmara em relação ao protocolo assinado entre o Ministério da Educação e algumas Autarquias, dizendo que o Sr. Presidente da República recomendou aos autarcas a sua adesão ao protocolo, que pelo que conhecia de alguns Presidentes de Câmara do Partido Socialista duvidava que se deixassem pressionar pelo governo no sentido de assinarem o protocolo e que possivelmente os autarcas afectos ao PSD não teriam assinado o protocolo por oposição.

Respondendo o Sr. Presidente da Câmara, afirmou que o Sr. Presidente da República disse aquilo que lhe competia e que se estivesse no seu lugar diria exactamente o mesmo, mas o que acontecia era que o Sr. Presidente da República não conhecia a realidade dos Municípios e por outro lado também queria a transferência de competências mas não a queria a qualquer preço, pois se o governo garantisse que as despesas acrescidas com a transferência de competências seriam cobertas com a correspondente transferência de verbas assinava já o protocolo, como aliás tinha dito à Sra. Directora Regional de Educação do Centro, como esta não lhe garantiu a necessária compensação em verbas não assinou. Podia também garantir que pelo menos um autarca próximo e do Partido Socialista disse à sua frente que foi pressionado a assinar o protocolo, não sabendo se haveria contrapartidas encobertas.

Pedi de seguida a palavra o Sr. Deputado César Branquinho que questionou sobre a situação das Termas do Granjal, se teriam hotel, se seriam entregues a uma empresa privada, dando o exemplo das Termas de São Pedro do Sul que davam grandes lucros. Mostrou-se satisfeito com as notícias da Ecopista, projecto que já vinha do executivo anterior. Perguntou sobre a forma de pagamento das obras de requalificação feitas na zona envolvente à Câmara Municipal. Em relação à Sra. da Ribeira questionou sobre o andamento da sua requalificação e do seu desenvolvimento. Questionou também a situação do canil Municipal.

Respondendo o Sr. Presidente da Câmara, informou que em relação às Termas do Granjal primeiro seria necessário saber se as águas iriam ser consideradas termais. Depois teria que se acabar o Plano de Pormenor do Granjal e a partir daí negociar com empresas privadas a possibilidade de haver exploração. Sobre o exemplo das termas de São Pedro do Sul lembrou o Sr. Deputado que a Empresa Municipal que explorava as termas concessionou a exploração a uma empresa privada sendo as únicas que davam lucro no País no caso de termas Municipais. Disse também que todas as termas do distrito de Viseu que estavam nas mãos dos Municípios foram concessionadas a empresas privadas. Em relação às termas do Granjal a serem concretizadas teriam que ser com capitais privados, disso não tinha a mínima dúvida. Quanto ao pagamento das obras de requalificação do Largo do Município, houve parte que foram pagas por comparticipação do PRAUD e pelo empréstimo feito e outras que foram feitas ao abrigo da Parceria Publico-Privada. Sobre a Sra. da Ribeira, disse que a proposta do Plano de Pormenor estava praticamente concluída e só depois disso é que o processo poderia avançar verdadeiramente. Comentou também a situação dos proprietários dos terrenos envolventes à zona. Em relação ao canil disse que já tinha sido identificado um terreno que reunia as condições para a sua construção e que Carregal do Sal e Tondela se iriam

associar a S.C.Dão para a construção do canil ficando assim este a servir os três concelhos, solução que trazia todas as vantagens em termos de custos e de manutenção.

Foi a seguir dada a palavra ao Sr. Deputado José Augusto Sousa, que começou por informar que efectivamente já existiam peixes na Ribeira e sugeriu que a montante da ponte existente junto ao recinto da feira fosse retirada a vegetação lá existente. Focou depois as obras a realizar entre Venda do Sêbo e Óvoa para reiterar as exposições já assumidas anteriormente no sentido de serem preservados os vestígios romanos existentes na área. Com a construção de habitações desapareceram os túmulos lá existentes. Na altura foram encontrados os alicerces de uma habitação Romana e alguns utensílios. Por sua iniciativa houve a visita da Sra. Dra. Adília Alarcão que julgava ser hoje a responsável por Conímbriga, que efectuou análises e datou os achados entre 200 anos Antes de Cristo e 200 anos após. Focou que os pesos de tear encontrados tinham o nome do tecelão e a área abrangente era enorme. Referiu também que encontrou canalização em chumbo, pontas de setas, vasos pintados, lagaretas e tanques, lamentando que a situação se tenha degradado e solicitou ao Sr. Presidente da Câmara que alertasse quem fosse fazer as obras para caso fosse encontrado algo, estas parassem para pelo menos classificar os achados.

O Sr. Presidente da Assembleia lembrou que caso a situação se verificasse era obrigatório por lei parar as obras, caso contrário seria considerado crime.

Respondendo o Sr. Presidente da Câmara, esclareceu que não se estava a abrir uma nova estrada, mas sim a alargar-se um caminho. No entanto se fossem necessários mais alguns esclarecimentos estava presente o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Óvoa, que tinha estado a acompanhar os trabalhos. Disse que estas obras estavam localizadas fora da área em questão e que também era sensível a este assunto e que não queria desperdiçar mais património e portanto as intervenções a fazer o seriam com todo o cuidado.

Não havendo mais pedidos de intervenção, passou-se para o ponto dois ponto dois: **VOTAÇÃO E APROVAÇÃO DO PROJECTO DE MOBILIDADE SUSTENTÁVEL DE SANTA COMBA DÃO.** O Sr. Presidente da Assembleia deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, que solicitou autorização para o projecto ser apresentado pelo Sr. Dr. Hélder Costa, Técnico Superior de Planeamento da Câmara Municipal e que foi o interlocutor directo da Câmara com a equipa de trabalho da Universidade de Coimbra. O projecto foi apresentado por projecção e foram indicados o seu histórico, os objectivos, as propostas de alteração a efectuar, as novas vias e rotundas, propostas da circulação pedonal e de bicicleta, o sistema de estacionamento e as conclusões, isto tudo baseado na documentação que foi enviada a todos os Srs. Deputados.

Terminada a apresentação pediu a palavra o Sr. Deputado Boto Martins, que manifestou o seu agrado pelo projecto, considerando ser um estudo bem realizado, bem feito, sendo intenção do Partido Socialista aprová-lo.

Seguiu-se a intervenção do Sr. Deputado Sandro Branquinho que também manifestou o seu agrado pelo projecto, considerando-o no entanto atrasado.

Não havendo mais pedidos de intervenção, passou-se para a votação, sendo o projecto de mobilidade aprovado por unanimidade. Na altura da votação não estiveram presentes os Srs. Deputados César Branquinho e Edite Cruz.

Passou-se a seguir para o ponto dois ponto três: TERCEIRA REVISÃO AO ORÇAMENTO DA RECEITA E DESPESA E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O ANO EM CURSO=APRECIÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO.

Dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara este explicou a necessidade da apresentação desta revisão com o aparecimento de novos projectos de candidatura a verbas do QREN, à semelhança de outras revisões apresentadas em sessões anteriores e que só depois de terem verbas inscritas no orçamento é que a candidatura se pode concretizar.

Não havendo pedidos de intervenção, passou-se para a votação deste ponto, sendo a revisão aprovada por unanimidade. Na altura da votação não esteve presente a Sra. Deputada Elsa Amaral.

Seguiu-se para o ponto dois ponto quatro: ALTERAÇÃO AO QUADRO DE PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA COMBA DÃO= APRECIÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO.

Dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, este justificou a apresentação desta alteração com a necessidade de contemplar a situação de alguns funcionários camarários que seriam prejudicados na sua progressão e subida na carreira com a entrada em vigor no próximo ano do novo regime de carreiras da Função Pública, caso esta alteração não se verificasse.

Não havendo pedidos de intervenção, passou-se para a votação, sendo a alteração aprovada por unanimidade.

Passou-se depois para o ponto dois ponto cinco: IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI)- FIXAÇÃO DE TAXAS PARA 2009.

Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara que começou por comentar que o IMI era um imposto injusto, mas não lhe cabia a ele aboli-lo e considerou as receitas do IMI muito importantes para a Câmara. Focou o historial do IMI nas suas diversas vertentes. A proposta era igual à já existente à excepção da taxa actual de 0,8 % para os prédios não avaliados que passaria para 0,7 % em resultado da futura legislação que fixará a taxa máxima naquele valor, estando assim a Câmara a antecipar-se à nova obrigação. Referiu que esta descida de 0,1 % não tinha grande impacto no total das receitas da Câmara, considerando a perda como residual e compensada com a cobrança do imposto aos novos prédios que vão surgindo, ao contrário do que aconteceria se fosse aceite a proposta do Partido Socialista para descer a taxa sobre os prédios já avaliados. Ai sim a descida teria um grande impacto nas receitas da Câmara que esta não podia suportar quando estava em curso um processo de saneamento financeiro.

Pediu de seguida a palavra o Sr. Deputado Boto Martins que começou por lamentar que houvesse uma proposta de redução do imposto onde ele menos importante era, claro que compreendia que a Câmara não pudesse prescindir de receitas, mas por outro lado teria que se ter em conta que grande parte dos que mais são afectados pelo actual aumento dos juros e pela crise global são os que pagam a taxa de 0,4 %, que incide sobre os prédios já avaliados, recaindo ai o imposto sobre o valor real dos prédios, ao contrário dos outros em que o valor nem sempre é o real mas sim o que foi declarado às finanças. Actualmente e devido à aplicação dos coeficientes há situações ainda mais graves onde o valor atribuído é superior ao valor real o que vai agravar o IMI. Por tudo isto não via razões para a aplicação antecipada da futura Lei, que vai

atingir uma reduzida parte da população, não tinha qualquer reflexo nas receitas da Câmara e portanto também não tinha qualquer efeito no que as pessoas iam pagar. Por tudo isto não via razões para a apresentação desta proposta de redução a não ser para servir para alguns órgãos de comunicação local noticiarem que a Câmara reduziu a taxa do IMI, esperava que tal não acontecesse pois não correspondia a uma verdade com substância.

Respondendo o Sr. Presidente da Câmara, começou por dizer que realmente não esperava era que algum órgão de comunicação viesse anunciar com grandes letras que o Partido Socialista propôs a redução do IMI na Assembleia Municipal, sendo isso o que eventualmente podia acontecer. Disse também que a Câmara já tinha feito o seu papel a seu tempo ao propor a redução dos índices de localização verificando-se uma redução de cerca de 10%, dando exemplos da aplicação deste índice para a avaliação dos prédios. Se agora a Câmara viesse reduzir o imposto de 0,4 % para uma percentagem mais baixa como foi proposto em reunião de Câmara, seria o descalabro completo. Tinha sido eleito pelos Santacombadenses para ser responsável e não irresponsável. Na situação actual da Câmara era impossível baixar o imposto, que representa a sua segunda maior receita. A pergunta do porquê da baixa de 0,8 % para 0,7 % deveria ser colocada ao governo, pois se não tinha grande impacto em S.C.Dão também não tinha no resto do País.

Não havendo mais pedidos de intervenção, passou-se para a votação do ponto, que foi aprovado por maioria com 21 votos a favor (17 da Coligação e 4 do Partido Socialista), uma abstenção do Partido Socialista (Sr. Deputado Augusto Santos) e 7 votos contra do Partido Socialista (Srs. Deputados César Branquinho, José Augusto Sousa, Boto Martins, Edite Cruz, Isabel Cruz, Carla Cunha e Nuno Pereira).

Seguiu-se para o ponto dois ponto seis: LANÇAMENTO DE DERRAMA, AO ABRIGO DO ARTº 14º DA LEI Nº 2/2007, DE 15 DE JANEIRO=APRECIÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO.

Dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, este começou por referir que actualmente este imposto dá uma receita de 80 mil euros anuais e portanto e por razões financeiras a proposta mantinha o valor actual que era de 1,5 % sobre os lucros das empresas.

Não havendo pedidos de intervenção, passou-se para a votação, sendo o ponto aprovado por unanimidade.

Seguiu-se para o ponto dois ponto sete: PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DE TRÂNSITO, PARQUES E ZONAS DE ESTACIONAMENTO PAGOS= APRECIÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO.

Dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, este começou por referir que o actual regulamento de trânsito já previa a existência de parques de estacionamento pagos, daí ser uma proposta de alteração e não um novo regulamento, focou que as taxas anteriormente previstas eram bem mais gravosas, em relação às que agora eram apresentadas. Tendo em conta o projecto de mobilidade anteriormente apresentado e o que vai ser o futuro em termos de mobilidade nas localidades, da circulação de tráfego rodoviário e a libertação de zonas para os peões, continuava a achar que era uma óptima proposta para S.C.Dão. Possivelmente hoje não era visto com agrado por alguns, mas com o tempo a sua oportunidade seria com certeza reconhecida.

Não havendo pedidos de intervenção, passou-se para a votação, sendo a proposta aprovada por maioria, com 23 votos a favor (17 da Coligação e 6 do Partido Socialista) e 6 abstenções do Partido Socialista (Srs. Deputados César Branquinho, José Augusto Sousa, Boto Martins, Edite Cruz, Isabel Cruz e Nuno Pereira).

Passou-se a seguir para o ponto dois ponto oito: ENTIDADE REGIONAL DE TURISMO DO CENTRO DE PORTUGAL= PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO= APRECIACÃO E EVENTUAL AUTORIZAÇÃO.

Dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, este começou por referir a alteração ao mapa das Regiões de Turismo, que criou cinco regiões coincidentes com as Regiões Plano do País. Anteriormente S.C.Dão pertencia à Região de Turismo do Centro e já mesmo no seu limite. Com as novas regiões, S.C.Dão pertencerá à nova Região de Turismo Centro. Tinha a opinião que não seria bom não aderir à Região de Turismo, pois se não tivesse benefícios também daí não viriam desvantagens, estando convencido que haveria benefícios e por isso fazia todo o sentido estar integrado naquela Região.

Não havendo pedidos de intervenção, passou-se para a votação do ponto que foi aprovado por unanimidade.

Seguiu-se depois para o ponto dois ponto nove: PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA HABITAÇÃO, NO LUGAR DE RELVÃO, FREGUESIA DE TREIXEDO, AO ABRIGO DA ALÍNEA A) DO Nº1 DO ARTº 21º DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL. REQ: SANDRA GORETI SANTOS VARELA.

Solicitou a palavra o Sr. Deputado Boto Martins, que começou por dizer que este processo não vinha devidamente elaborado. Lembrou as suas posições anteriores em relação a processos semelhantes, acrescentando que este regime de excepção previsto no PDM deveria ser alterado ou mesmo suprimido, e agora que este estava a ser revisto era uma boa altura para tratar da questão. Neste processo achava estranho que um terreno de pinhal tivesse sido adquirido a um preço que considerava caro em 2007 e em 2008 era solicitado o pedido de construção ao abrigo deste regime excepcional, ainda compreendia a situação se o terreno fosse herdado. Para além disso, não havia qualquer dado concreto em que a Assembleia Municipal se pudesse basear em termos de rendimento do agregado e assim fazer o seu próprio juízo. Lembrou que dos processos já apresentados apenas um estava devidamente elaborado e reiterou a sua posição de não concordância.

Pediu de seguida a palavra o Sr. Presidente da Câmara, que começou por frisar que não era parte activa no processo, mas queria expressar a opinião de que em termos gerais o PDM não devia ter esse artigo, mas ele existia para poder ultrapassar uma limitação que o próprio PDM impunha, isto porque foi feito apoiado numa base cartográfica antiga onde era difícil definir as fronteiras daquilo que eram terrenos urbanos, terrenos florestais, reserva ecológica e reserva agrícola, por isso a equipa que elaborou este PDM acabou por colocar uma forma de ultrapassar estas limitações permitindo a pessoas com poucos recursos construir as suas casas em zonas que não estão previstas para urbanização. Lembrou que nestes casos a Junta de Freguesia e Assembleia de Freguesia não estavam a fazer mais do que a Lei lhes permitia e não via razões para duvidar da verdade das declarações passadas. No entanto e havendo esta

desconfiança se calhar o melhor a fazer no próximo PDM era anular este artigo e definir com toda a precisão as suas zonas. Lembrou também que o processo de revisão do PDM estava a decorrer com toda a abrangência para que situações de anormalidade não surgissem.

Pedi de seguida a palavra o Sr. Deputado José Machado, Presidente da Junta de Freguesia de Treixedo, que começou por referir a posição do Sr. Deputado Boto Martins dizendo que devia ter alguma aversão em relação aos pedidos feitos por pessoas que queriam construir a sua habitação. Recordou que vários processos foram autorizados em mandatos anteriores e sem qualquer objecção, o que agora não se verificava por parte do Sr. Deputado Boto Martins que parecia pensar que da parte da Junta de Freguesia havia má fé ao elaborar os atestados, achando que existia uma base de desconfiança. Continuou dizendo que o Sr. Deputado Boto Martins devia pertencer ao grupo de pessoas que queriam a desertificação do interior, as pessoas não tinham terrenos, compravam os terrenos para fazer a sua própria casa e neste caso tratava-se de um casal em que a senhora trabalhava no Ecomarché, o marido fazia emigração sazonalmente, tinham dois filhos e viviam com os sogros. A Junta de Freguesia não podia fazer o papel de polícia e andar a investigar e como Presidente da Junta o que tinha a fazer era dar conhecimento do que sabia. O terreno em causa estava localizado entre duas habitações já construídas, perto da estrada principal, havia electricidade, havia saneamento, era um terrenos de silvas e não percebia o porquê de não deixar construir numa situação daquelas. Perguntou se era preferível o terreno continuar com silvas e ao abandono e que as pessoas continuassem a viver com dificuldade, pois com o zelo que estávamos a ter não queríamos que as pessoas se fixassem nas freguesias. Terminou dizendo ao Sr. Deputado Boto Martins que até hoje tinha passado atestados e declarações e nunca ninguém o chamou à atenção ou desconfiou, havia meios próprios para saber se havia má fé ou não por parte da Junta de Freguesia.

Pedi novamente a palavra o Sr. Deputado Boto Martins, para responder ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Treixedo que não tinha nada contra as pessoas construírem a sua casa, pois era um direito que tinham, achava muito mal que um casal com dois filhos residisse em casa dos pais de um deles, mas não era isso que estava em causa, o que contestava era a criação de uma regulamentação especial para ao fim e ao cabo esconder a elaboração defeituosa do PDM. Não concordava, se por exemplo andasse a passear o cão ou andasse à caça no meio de um pinhal e de repente lhe aparecesse pela frente uma habitação, podendo aparecer alguém a protestar e com razão. O que defendia era que devia haver um PDM bem elaborado, que definisse onde as pessoas podiam ou não construir, se não podiam adquirir um lote numa urbanização devia haver meios que garantissem que essas pessoas tivessem acesso ou direito de construir e ter uma habitação própria, mas não no meio de um pinhal, não se sabendo se amanhã haveria ou não necessidade de cultivar as terras para a nossa subsistência, era isto que considerava que estava em causa, não era o ter qualquer desconfiança pelas declarações das Juntas de Freguesia, mas o Sr. Deputado tinha acabado de referir que o terreno tinha sido comprado para depois construir. As pessoas não deviam comprar um terreno de pinhal para aquele fim, mas se viesse a acompanhar o processo uma declaração da situação do agregado familiar em vez de uma simples declaração da Junta, não teria dito parte das coisas pois compreenderia que aquelas pessoas tinham

necessidade de construir uma casa, continuando no entanto a discordar que fosse feita no meio de um pinhal. A Assembleia Municipal tinha a obrigação de zelar pelo ordenamento do território. Terminou reafirmando que não tinha nada contra as declarações das Juntas por pouco exactas que pudessem ser, até por razões compreensíveis e não estava ali a acusar ninguém de má fé, apenas estava a zelar por aquilo que achava correcto, se o PDM fosse bem elaborado grande parte destes problemas não existiam.

Pediu a seguir a palavra o Sr. Deputado Agostinho Pires, para dizer que as Câmaras e as Juntas de Freguesia apenas tinham que obedecer à Lei. Acreditava no que o atestado dizia e apenas as Juntas de Freguesia tinham competência para atestar se um individuo tinha ou não possibilidades económicas. Estando dentro da Lei e ao afirmar-se que não havia meios económicos não percebia o porquê de levantar o problema.

Seguiu-se uma intervenção do Sr. Presidente da Câmara para esclarecer que pelas afirmações do Sr. Deputado Boto Martins se dava a entender que qualquer pessoa que comprasse um terreno de pinhal ia à Junta de Freguesia, pediu o atestado e construía. Não era assim, pois se não houvesse uma série de condicionalismos e infra-estruturas próximas, não podiam construir independentemente dos atestados que a Junta de Freguesia passasse. Quando existiam estas situações os serviços técnicos da Câmara direccionavam as pessoas para esta solução desde que possível, não sendo com ligeireza que se chegava a este ponto, até porque a Câmara não tinha interesse que se construíssem casas isoladas, pois isto acarretava despesas com a colocação dos serviços de água, luz, etc. Portanto não era facilmente e de uma maneira geral que estes casos chegavam à Assembleia Municipal. Focou um caso ocorrido recentemente em Pinheiro de Azere que foi logo recusado à partida pois o terreno estava localizado na Reserva Ecológica, mas se estivesse em Reserva Florestal seria diferente.

Seguiu-se a intervenção do Sr. Deputado José Augusto Sousa, que começou por dizer que nestes casos os interessados têm que fazer prova dos seus rendimentos e que não têm outros terrenos. O que estava em causa não era desconfiar do Sr. Presidente da Junta, o que estava em causa era como o processo chegou à Assembleia. No processo constata-se que o interessado comprou o terreno ao Sr. Hélder, mas não se sabia se possuía mais algum terreno e isso era fácil de conseguir, bastava ir as finanças, pedir uma certidão dos terrenos. Também devia fazer parte do processo a declaração do IRS. Não se podia banalizar a situação, foi adquirido o terreno já com a intenção de construir um prédio, a situação é para casos excepcionais de quem tem um terreno e não tem outra possibilidade. Não punha em dúvida a carência dos interessados, mas quem tinha que votar e decidir tinha que o fazer em consciência. Se o processo viesse devidamente elaborado não haveria esta discussão. Ao contrário do que foi expresso pelo Sr. Presidente da Câmara e pelo Sr. Deputado Boto Martins, achava que esta situação devia continuar a ser contemplada no PDM. Lembrou um processo existente em Gondomar devido à valorização dos terrenos.

O Sr. Presidente da Assembleia dirigiu-se a seguir aos Srs. Deputados do Partido Socialista perguntando se tinham alguma proposta a fazer para resolver a situação, não havendo resposta propôs à Assembleia que o ponto em debate fosse retirado da Ordem de Trabalhos para reformulação e agendado para uma próxima sessão. Esta proposta foi aprovada por unanimidade.

Para que as declarações tomadas tivessem efeitos imediatos, foi lida de seguida a minuta da acta desta sessão que foi aprovada por unanimidade.

Passou-se a seguir para o ponto três da Ordem de Trabalhos: PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.

A primeira intervenção foi feita por Leonor Fonseca de S.C.Dão, que elogiou o Plano de Mobilidade atrás representado, frisando que qualquer plano de desenvolvimento teria sempre que ser sustentado por um plano de estudos bem elaborado. A seguir e sobre os vestígios arqueológicos da zona de Óvoa e devido ao seu valor, propôs que se fizesse uma parceria com entidades locais interessadas ou mesmo com a Universidade de Coimbra para se fazer, primeiro um levantamento e depois e conforme os resultados deste decidir o que fazer, isto antes de se fazerem obras no local.

Seguiu-se a intervenção de Carlos da Silva Castanheira de Pinheiro de Ázere, que denunciou situações que considerou geradoras de poluição ambiental em Pinheiro de Ázere, com o aumento da capacidade de uma suinicultura que poderia pôr em causa a viabilidade de projectos turísticos para a zona. Lamentou a falta de divulgação do projecto e solicitou que fossem tomadas medidas pela Assembleia Municipal e pela Câmara no sentido de inviabilizar a licença deste projecto e para que o empreendimento fosse deslocalizado. Referiu que já foi feito um abaixo assinado pela população. Focou também a situação da trituradora de pedra, feldspatos e quartzo existente na zona industrial das Lameiras, que apesar das críticas e alertas feitas na altura da instalação, foi construída provocando graves situações de poluição, criando uma nuvem de pó por toda a zona. Constando que iria ser alargada a sua instalação, solicitou também que fossem tomadas as devidas providências para que tudo fosse resolvido a bem do ambiente. Terminou focando os diversos perigos que tal situação representava para a saúde pública.

O Sr. Presidente da Assembleia informou de seguida que este caso seria agendado para a próxima sessão da Assembleia Municipal para que esta se debruçasse sobre o problema e tomasse uma posição de forma a fazer chegar às entidades competentes a denúncia da situação que considerou de perigosa para a saúde pública.

Seguiu-se a intervenção de Clara Alexandra de S.C.Dão, que começou por elogiar a forma como foi apresentado o Projecto de Mobilidade e das preocupações inerentes ao mesmo. Disse não ter percebido do que constava a proposta de alteração ao Regulamento de Trânsito constante do ponto 2.7 da Ordem de Trabalhos. Quis saber qual era a situação sobre uma proposta apresentada na reunião de Câmara de 14/7 por um grupo de cidadãos, do qual fazia parte. Perguntou a seguir em que ponto estavam as auditorias ambientais feitas às zonas industriais de S.C.Dão e questionou a situação da Sra. da Ribeira em questões ambientais face aos empreendimentos turísticos para lá projectados, focando o problema da qualidade da água durante o Verão que não estava própria para banhos. Terminou dizendo que no seu entender se deviam resolver primeiro os problemas ambientais e depois pensar no turismo.

O Sr. Presidente da Assembleia informou a munícipe que as perguntas sobre as preocupações ambientais seriam respondidas pelo Sr. Presidente da Câmara e a outra seria respondida no seu local próprio ou seja em reunião de Câmara.

Dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, este disse que sobre as auditorias ambientais nas zonas industriais, estavam a ser feitas as medições acústicas, pensando que o mapa de ruídos já estaria concluído. Estas medições eram obrigatórias e em relação à área restante do concelho o mapa ainda demoraria cerca de um ano. Quanto à Sra. da Ribeira, as preocupações resultavam do próprio Plano de Ordenamento da Albufeira, que foi feito pelo Instituto da Água, daí o ter-se limitado primeiro o número de camas e depois os índices de construção. A obrigatoriedade de desenvolver um Plano de Pormenor para a zona já denotava preocupações ambientais de preservar não só as águas, mas toda a zona envolvente. Estava esperançado e estaria atento para que saísse um bom projecto. O problema da água era sazonal, ainda há dias tinha recebido análises informando da sua boa qualidade. A situação colocada pelo Sr. Carlos Castanheira estava a contribuir para o agravamento da situação e deveria ser tomada uma posição de força no sentido de impedir o alargamento da suinicultura.

Seguiu-se a intervenção de Esmeralda Antas de Vila Pouca que também começou por mostrar a sua satisfação pelo Projecto de Mobilidade atrás apresentado e pela participação feminina neste período da Ordem de Trabalhos. Considerou de ridícula e triste a forma como se verificou a presença do representante do Sr. Governador Civil no festival de bandas realizado na sua própria terra. Considerou que neste período de contenção o exemplo deveria vir de cima. Lamentou os ataques feitos ao Sr. Presidente da Câmara e à pessoa do Engenheiro João Lourenço, considerando que foram ultrapassados os limites da decência, revelando mesmo desespero. Considerou estes ataques como uma falta de respeito, mesmo para os eleitores independentemente da sua cor política. Realçou a capacidade, personalidade, paciência e condescendência do Sr. Presidente da Câmara, pois caso contrário já se teria ido embora ou andaria sempre a processar pessoas. Focou a seguir o atraso na aplicação das verbas do QREN onde S.C.Dão era um dos Municípios mais queixosos, admirando-se que nenhum deputado do Partido do Governo do distrito de Viseu tenha manifestado a sua preocupação neste assunto, uma vez que agiram tão prontamente em relação ao assunto da casa de Salazar. Lembrou que a tão falada obra feita pelo anterior executivo, não foi feita nem em três, nem em oito anos, foi feita com muito dinheiro que foi disponibilizado rapidamente. Se foi bem ou mal gasto, não sabia, mas não tinha sido democraticamente distribuído.

Seguiu-se a intervenção de António Henriques de S.C.Dão que questionou sobre os horários dos transportes públicos e o porquê dos alunos residentes nas Fontainhas não terem direito a transportes escolares para os estabelecimentos de ensino que frequentam na cidade. Questionou também sobre a divulgação da Ordem de Trabalhos desta sessão da Assembleia Municipal. Sobre esta questão foi informado que a Ordem de Trabalhos é afixada nos locais habituais e é colocada no site da Câmara Municipal.

Dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para responder à questão sobre os transportes públicos, este solicitou a intervenção do Sr. Vereador António Correia, que começou por informar que a implementação da nova rede de transportes estava a ser feita por fases, estando neste momento apenas implementada a primeira fase. Os tempos de espera dos alunos estavam agora a ser muito menores. Referiu as linhas directas para as duas zonas industriais. Dentro de pouco tempo iriam ser publicados horários de transporte específicos por Freguesia e as suas diversas ramificações, esta

informação seria muito clara e era já um reflexo do estudo de mobilidade. O parque de viaturas da Transdev também tinha sido melhorado. Em relação ao transporte dos alunos das Fontainhas, focou a legislação que previa em relação ao transporte escolar a obrigatoriedade a partir de 4 km de distância, no entanto era uma situação que podia ser equacionada.

Seguiu-se a intervenção do Sr. Deputado Augusto Santos, Presidente da Junta de Freguesia de Pinheiro de Ázere, que deu conhecimento à Assembleia das posições que a Junta de Freguesia já tinha tomado em relação aos casos de poluição ambiental anteriormente denunciados. Leu os ofícios já feitos e enviados às entidades competentes.

O Sr. Presidente da Assembleia, face à gravidade da situação solicitou a todos que reflectissem sobre a melhor forma de actuar na próxima sessão da Assembleia Municipal e tomar a posição devida. Depois e sobre os achados arqueológicos, focou a obra que considerou de notável feita no vizinho concelho de Carregal do Sal, com a recuperação e aproveitamento dos achados arqueológicos. A sua proximidade poderia indicar que em S.C.Dão também haveria algo de importante para encontrar e nesse sentido propunha ao Sr. Presidente da Câmara que fosse contratado um Gabinete de Arqueologia privado para fazer um levantamento do concelho neste campo, mesmo sabendo que financeiramente a situação não era boa, isto porque as Universidades não tinham pessoal e capacidade para prestar este serviço e os seus recursos estavam direccionados para outras situações.

Seguiu-se a intervenção do Sr. Deputado José Rui Ferreira, Presidente da Junta de Freguesia de Óvoa informando que as obras focadas e realizadas na freguesia não estavam em zona referenciada com os achados arqueológicos, as obras foram feitas à superfície, esteve no local todos os dias e assegurou que nada foi encontrado. Desde pequeno que ouvia falar em vestígios arqueológicos em Óvoa e nunca viu qualquer acção para a sua divulgação. Houve a actuação de um grupo de escuteiros, mas que a população dizia ter estragado mais do que descoberto. Questionou sobre o que era feito dos achados. Tinha recebido uma proposta de um arqueólogo credenciado (Sr. José Manuel Branquinho) no sentido de explorar a área, que realmente estava abandonada mas que tinha dono. Já tinha contactado com o proprietário para que fosse autorizada a abertura de valas, que tinham que ser feitas com cuidado e à mão. Haverá a possibilidade de no próximo ano ser feita uma pesquisa durante quinze dias por parte dos finalistas do Curso de Arqueologia e então de acordo com o que fosse encontrado, far-se-ia um estudo mais profundo. Para isto a Junta de Freguesia daria todo o apoio.

Pedi de seguida a palavra o Sr. Deputado José Augusto para responder e dizer que quando esteve em Óvoa a fazer exploração nunca tinha estragado nada. Tinham feito o seu trabalho ao escavar um metro quadrado e pararam quando encontraram as fundações de uma habitação. Nessa altura verificou-se a presença da Sra. Professora Adília Alarcão e o que foi feito foi recuperar à superfície os pesos de tear, as telhas e os pedaços de chumbo que deu à Dra. Maria do Carmo e tanto quanto sabia ficaram na Educação de Adultos. À Dra. Adília Alarcão foi entregue um pedaço de vaso pintado no local e de tudo o que foi feito foi dado conhecimento ao Ministério da Cultura de então que antes do 25 de Abril fez uma consulta à Câmara Municipal e só mais tarde lhe chegou às mãos este ofício para dar uma resposta, o que fez. Nada do que foi feito

se estragou e foi graças a este trabalho que se começou a falar no assunto, pois o seu interesse é também o das populações e das freguesias. O terreno em causa pertencia ao Sr. Martinho que lhes deu autorização para ali estar. Foram encontrados altares de sacrifício e naquele patamar haverá muito para explorar pois era um local que julgava ser de adoração. Naquele local foram encontradas moedas de ouro que desapareceram e a opinião do Sr. Padre Franklim Coimbra era que ali estaria uma cidade romana ainda por localizar. A estrada de Óvoa ao Mareco era uma estrada romana e as pedras laterais davam a ideia que seriam a entrada do espaço. A recuperação desta estrada até Tábua feita pelo Município de Tábua dava a impressão de se estar perante um local importante. Em relação ao ter-se estragado algo, não admitia a afirmação pois sempre teve o cuidado de deixar melhor a situação do que a que tinha encontrado.

Não havendo mais intervenções o Sr. Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão pela dezoito horas e quarenta e cinco minutos e dela se lavrou a presente acta que depois de votada vai ser assinada pelos membros da mesa.